



DIÁRIO

da Assembleia da República

XI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2009-2010)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE NOVEMBRO DE 2009

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Jaime José Matos da Gama](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria Celeste Lopes da Silva Correia](#)
[Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Abel Lima Baptista](#)
[Pedro Filipe Gomes Soares](#)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 9 minutos.

No encerramento do debate do Programa do XVIII Governo Constitucional intervieram os Srs. Deputados [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Francisco Lopes](#) (PCP), [Luís Fazenda](#) (BE), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [José Pedro](#)

[Aguiar Branco](#) (PSD) e [Francisco de Assis](#) (PS) e, por último, o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ([Luís Amado](#)).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 11 horas e 51 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 9 minutos.

Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Acácio Santos da Fonseca Pinto
Alberto Bernardes Costa
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Paula Mendes Vitorino
Anabela Gaspar de Freitas
António Alves Marques Júnior
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão
Catarina Marcelino Rosa da Silva
Defensor Oliveira Moura
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
Eurídice Maria de Sousa Pereira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando Ribeiro Moniz
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Frederico de Oliveira Castro
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida
Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes
Jaime José Matos da Gama
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Rosendo Gonçalves
José Albano Pereira Marques
José Carlos Bravo Nico
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José João Pinhanços de Bianchi
José Manuel Pereira Ribeiro
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
José Rui Alves Duarte Cruz
João Barroso Soares
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Paulo Feteira Pedrosa
João Paulo Moreira Correia
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
João Saldanha de Azevedo Galamba
Júlio Francisco Miranda Calha
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luís Miguel Soares de França
Luís Paulo Costa Maldonado Gonelha
Luísa Maria Neves Salgueiro
Lúcio Maia Ferreira
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel José de Faria Seabra Monteiro
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Helena Figueiredo de Sousa Rebelo
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Isabel Solnado Porto Oneto
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Luísa de Jesus Silva Vilhena Roberto Santos
Maria Manuela de Almeida Costa Augusto
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Odete da Conceição João
Maria da Conceição Guerreiro Casa Nova
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Miguel João Piscoeiro de Freitas
Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida
Mário Joaquim da Silva Mourão
Nuno Miguel da Costa Araújo
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui José Prudêncio
Rui José da Costa Pereira
Sofia Isabel Diniz Pereira Conde Cabral
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Teresa Maria Neto Venda
Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio
Vitor Manuel Bento Baptista
Vitor Manuel Brandão de Sousa Fontes

Partido Social Democrata (PSD):

Adriano Rafael de Sousa Moreira
Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria
Antonieta Paulino Felizardo Guerreiro
António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto
António Cândido Monteiro Cabeleira
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Egrejas Leitão Amaro
António Fernando Couto dos Santos
António Joaquim Almeida Henriques
Arménio dos Santos
Carina João Reis Oliveira
Carla Maria Gomes Barros
Carla Maria de Pinho Rodrigues
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos António Páscoa Gonçalves
Carlos Henrique da Costa Neves
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes
Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis
Fernando Ribeiro Marques
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Hugo José Teixeira Velosa
Isabel Maria Nogueira Sequeira
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia
Jorge Fernando Magalhães da Costa
José Alberto Nunes Ferreira Gomes
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Marques de Matos Rosa
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José de Almeida Cesário
José Álvaro Machado Pacheco Pereira
João Bosco Soares Mota Amaral
João Carlos Figueiredo Antunes
João José Pina Prata
Luís António Damásio Capoulas
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Manuel Filipe Correia de Jesus

Margarida Rosa Silva de Almeida
Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo
Maria Francisca Fernandes Almeida
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto
Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves
Maria Manuela Dias Ferreira Leite
Maria Paula da Graça Cardoso
Maria Teresa Machado Fernandes
Maria Teresa da Silva Morais
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto
Paulo César Lima Cavaleiro
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
Pedro Augusto Lynce de Faria
Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Nuno Mazedra Pereira Neto Rodrigues
Raquel Maria Martins de Oliveira Gomes Coelho
Teresa de Jesus Costa Santos
Ulisses Manuel Brandão Pereira
Vasco Manuel Henriques Cunha
Vânia Andrea de Castro Jesus

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
Altino Bernardo Lemos Bessa
Artur José Gomes Rêgo
Cecília Felgueiras de Meireles Graça
Filipe Tiago de Melo Sobral Lobo D' Ávila
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro
José Helder do Amaral
José Manuel de Sousa Rodrigues
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Manuel de Serpa Oliva
João Rodrigo Pinho de Almeida
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça
Michael Lothar Mendes Seufert
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Paulo Sacadura Cabral Portas
Pedro Manuel Brandão Rodrigues
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
Catarina Soares Martins
Francisco Anacleto Louçã
Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro
Helena Maria Moura Pinto
José Borges de Araújo de Moura Soeiro
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão
José Manuel Marques da Silva Pureza
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Maria Cecília Vicente Duarte Honório
Mariana Rosa Aiveca Ferreira
Pedro Filipe Gomes Soares
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares
Rita Maria Oliveira Calvário

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Bruno Ramos Dias
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
Miguel Tiago Crispim Rosado
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa
Rita Rato Araújo Fonseca

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
José Luís Teixeira Ferreira

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, a nossa reunião de hoje destina-se ao encerramento do debate do Programa do XVIII Governo Constitucional.

Assim, para uma intervenção, tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No encerramento do debate do Programa do Governo, começo por lembrar as palavras do Sr. Primeiro-Ministro, há quatro anos, quando abriu o debate do Programa do Governo de então: «(...) Um governo sério e responsável não pode escolher outro caminho que não seja o caminho da aposta no crescimento e no relançamento da economia (...)».

O relançamento da economia!...

Hoje, quatro anos depois, olhamos para o Programa do Governo actual e vemos, novamente, e em todo o lado, a intenção do relançamento da economia.

Entretanto, descendo à terra, os portugueses continuam a aguardar, com paciência democrática, esse relançamento, que demora e demora e demora... Ocorre-lhes a promessa de outros tempos e de outras cores, a promessa do «pelotão da frente»; depois, vem-lhes à memória a promessa mais rosa e mais recente da criação dos tais 150 000 postos de trabalho.

O «pelotão da frente» está cada vez mais longe e em vez dos 150 000 postos de trabalho prometidos, em quatro anos, vieram mais de 100 000 novos desempregados. O relançamento da economia continua a ser um objectivo!...

Depois, vemos no Programa do Governo, em jeito de lamento, a brilhante constatação: «Têm surgido alguns sinais de alheamento dos cidadãos em relação aos mecanismos tradicionais de participação democrática. É dever do Estado procurar compreender a razão de tal distanciamento (...)». A nós, não nos parece que seja necessário encomendar grandes estudos, criar grupos de trabalho e muito menos frequentar um curso das Novas Oportunidades para compreender o motivo do alheamento dos cidadãos perante a política. O motivo desse distanciamento reside no distanciamento entre aquilo que se diz e aquilo que efectivamente se pratica. Mais do que a intenções, importa atender ao conteúdo das políticas que se desenvolvem, porque são estas que, efectivamente, se reflectem na vida das pessoas. As intenções, mesmo as boas, nada resolvem por si e destas, consta, está o inferno cheio...!

Mas o Programa do Governo também tem algumas boas intenções. A questão é a distância que, ontem, durante a discussão, ficou visível entre o que está escrito e aquilo que o Governo e o Partido Socialista se preparam para fazer.

Desde logo, o combate à corrupção: o Programa do Governo dedica-lhe uma página, mas o Governo já fez saber que não se pode criminalizar o enriquecimento ilícito, porque, substituindo-se ao Tribunal Constitucional, há, categoricamente, uma inversão do ónus da prova, mas uma inversão do ónus da prova que, curiosamente, só o Partido Socialista parece vislumbrar.

O Programa também se refere à necessidade de promover uma repartição justa na carga fiscal. Porém, ontem, o Governo fez um aviso à navegação: os benefícios fiscais às grandes empresas são para continuar. Bem pode esperar a Galp por rendas iguais à que recebeu do anterior Governo, em Março de 2008. E, mesmo com os lucros fabulosos que apresenta, ainda foram os contribuintes a pagar uma boa parte do investimento que a Galp pretende fazer nas refinarias de Sines e de Matosinhos, numa modernização que era, aliás, exigida legalmente por motivos ambientais.

Também ontem ficámos a saber que o processo de avaliação dos professores é para negociar com as organizações representativas, mas o Governo afasta a possibilidade de suspender o modelo em vigor. Falta, então, saber o que resta para negociar.

Mas há, no Programa do Governo, intenções cuja real motivação não se alcança, como seja a da revisão da lei eleitoral autárquica, com vista «a assegurar a formação de executivos municipais homogéneos, mais coerentes e eficazes». E nós perguntamos: mais coerentes e eficazes? A que autarquias estará o Governo a referir-se? Para qualificar a democracia, expurgamos a oposição dos executivos? Mas isto não será empobrecer a democracia representativa e adulterar as escolhas dos eleitores? Pois é, mas está no Programa e, mais grave, em nome da qualificação da democracia.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exacto!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Por fim, há, no Programa do Governo, muitas matérias cuja ligeireza não nos permite formular qualquer juízo.

É necessário rever a Lei de Bases do Ambiente, diz o Programa. Mas com que sentido, com que orientação? Não sabemos!

O mesmo se passa com o ordenamento do território. É necessária uma lei dos solos. Pois! Mas em que moldes, em que termos? O Programa não o diz!

Consolidaremos a salvaguarda dos valores naturais protegidos, lê-se no Programa. Muito bem! Mas com que dinheiro? O ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), em seis anos, viu o seu orçamento reduzido a metade e o Programa também não diz onde vai buscar esse dinheiro!

Relativamente ao Plano Nacional de Barragens, principalmente no que diz respeito ao Tua, atrever-me-ia a sugerir aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo que vissem um filme/documentário que se chama

Pare, Escute e Olhe, porque ajudará, certamente, à reflexão sobre decisões que são tomadas a pensar, sobretudo, no cimento.

Para terminar, voltando aos portugueses, ao relançamento da economia e ao distanciamento dos eleitores, quero apenas dizer que, quando olhamos para o Programa do Governo, não vemos apenas o Programa Eleitoral do Partido Socialista, vemos também muito do programa do governo anterior. E é esse, na nossa perspectiva, o traço mais significativo do documento que hoje discutimos: a sua natureza de continuidade com as políticas do passado. Parece até que não houve um acto eleitoral, através do qual os portugueses retiraram ao Partido Socialista a maioria absoluta. Parece!...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lopes.

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Neste debate ficou patente a ausência de uma estratégia, por parte do Governo, capaz de enfrentar os problemas do País. Ficou evidente a sua insistência na mesma política que, ao longo dos últimos quatro anos, agravou os problemas nacionais. Foi notória a exibição de uma arrogância de quem se esforça para disfarçar o significado dos resultados das últimas eleições legislativas.

Nada disso pode, porém, iludir que a maioria absoluta do PS foi derrotada, que o PS perdeu mais de 500 000 votos, 8 pontos percentuais, 24 Deputados, que teve uma percentagem eleitoral inferior à que atingiu em 2002, quando ficou na oposição.

A realidade do País é marcada por graves problemas estruturais, profundas injustiças sociais, num caminho de declínio nacional que prossegue.

A fragilidade do aparelho produtivo e as insuficiências da produção nacional, o desemprego, os baixos salários e pensões, a precariedade e a violação dos direitos aí estão. Como está o ciclo de despedimentos e encerramento de empresas, após as eleições, o abuso do *lay-off* e tantos outros aspectos negativos que marcam a realidade actual do País.

Quimonda, Delphi, Rodhe e Covina/Saint-Gobain são apenas alguns exemplos resultantes de decisões de multinacionais e da responsabilidade de sucessivos governos.

O governo anterior é responsável por situações de precariedade inadmissíveis, como as que se verificam na Lisnave ou no Arsenal do Alfeite, transformado em empresa por esse governo onde todos os trabalhadores foram postos em situação precária, repito, onde todos os trabalhadores foram postos em situação precária.

A situação do País exige não a continuidade da mesma política mas, sim, ruptura e mudança. Esta é uma questão incontornável que o PCP afirmou nos últimos anos, reafirmou no recente processo eleitoral e coloca como questão essencial para o futuro do País.

Mas o PS insiste na velha e estafada política que conduziu o País à actual situação, utilizando os mais diversos elementos de diversão.

O Primeiro-Ministro insistiu na exibição de disponibilidade para o diálogo, marcando encontros com os partidos após a sua indigitação. Profunda demagogia! Antes de tais encontros afirmou que iria prosseguir o mesmo rumo.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Que diálogo aberto e sem condições pode ser esse, que parte do pressuposto da continuação do mesmo rumo de injustiça social e afundamento do País?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Por isso, para memória futura, fica a posição do PCP, reafirmando a necessidade de uma política, uma maioria e um governo de ruptura e mudança. A posição do PCP foi clara. A iniciativa do Primeiro-Ministro não passou, afinal, de encenação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Neste debate, o Governo recorreu a repetidas manobras de vitimização para disfarçar a sua falta de soluções para os problemas do País e fugir ao reconhecimento do significado da actual realidade política e institucional. No quadro dos problemas estruturais que agravou, nos últimos quatro anos, o governo PS de maioria absoluta atacou os trabalhadores e os mais diversos sectores sociais, favoreceu os grandes grupos económicos e financeiros, deixou um rasto de desestabilização, de entorses e malfeteiras.

O caminho para responder aos problemas do País exige a revogação, alteração e correcção desses aleijões económicos, sociais e políticos. Ora, o Governo, do alto da sua arrogância, vem dizer «não», tenta apresentar qualquer alteração significativa como sendo um ajuste de contas.

O anterior governo PS não teve desculpa para as políticas retrógradas que desenvolveu; o actual Governo PS não tem desculpa se tentar insistir, contra todas as evidências, na manutenção dessas aberrações.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Para registo histórico, intervenção actual e memória futura aqui fica a reafirmação pelo PCP da necessidade de alteração do Código do Trabalho, da legislação laboral da Administração Pública, das leis sobre a segurança social, designadamente do iníquo mecanismo de redução do valor das pensões, do Estatuto da Carreira Docente, do sistema de avaliação e de tantos outros aspectos negativos que caracterizaram a acção do anterior Governo.

Este debate revelou que o Governo quer perpetuar os estragos da sua acção e quer, em aspectos essenciais, insistir na continuação da mesma política.

Aí está, ao mesmo tempo que fala do papel do Estado na economia, a realidade dos seus objectivos de privatização de empresas em sectores estratégicos.

Aí está o embuste chamado «Pacto para o Emprego», com que o Governo pretende não apenas manter as alterações retrógradas do Código do Trabalho e da legislação laboral da Administração Pública mas acentuá-las, com a desregulamentação dos horários, a redução da remuneração do trabalho e o aumento da precariedade.

Aí está a ausência de compromissos concretos quanto ao aumento do salário mínimo nacional até 2013 e a promoção de linhas de condicionamento e desvalorização dos salários e das pensões.

Aí está a insuficiência do apoio aos desempregados e a resistência no alargamento real dos critérios de acesso e no prolongamento da atribuição do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego.

Aí está a tentativa de avançar com a promoção de novas formas de precariedade.

Aí está o prosseguimento das injustiças sociais, a ausência de medidas para taxar os grupos económicos e financeiros, a banca, os movimentos bolsistas.

Aí está a falta de vontade política no combate à corrupção.

O Governo quer resistir a dar as respostas indispensáveis, mas vai ter de dá-las!

O PCP afirmará a exigência de uma nova política, combaterá as medidas e orientações negativas e tomará a iniciativa de apresentação de propostas que contribuam para a solução dos problemas do País e a concretização das aspirações dos trabalhadores e do povo português.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo e os seus propagandistas, para promover a resignação e o conformismo, encarregaram-se de espalhar a ideia de que ou aceitam as medidas inaceitáveis do Governo e se calam ou, então, este pode promover a realização de novas eleições. É

uma autêntica chantagem! Derrotada que foi a maioria absoluta, querem, agora, assustar-nos com o fantasma da maioria absoluta.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Pura ilusão do PS!

Para intervenção actual e memória futura, aqui reafirmamos que o PCP não se deixará intimidar por essas manobras.

Os trabalhadores e o povo português lutarão pela resposta aos seus problemas e aspirações e não há expedientes que os possam impedir.

Nos últimos quatro anos, as opções políticas do PS e a sua arrogância deram na derrota da maioria absoluta. Agora, a insistência no mesmo rumo político e a arrogância, com ou sem vitimização, será o caminho da derrota do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Exigem-se respostas aos problemas do País e não expedientes e encenações, exige-se uma política capaz de assegurar um Portugal mais desenvolvido e mais justo.

Esse é o compromisso da acção do PCP, na Assembleia da República e em todo o País, um compromisso com os trabalhadores e o povo português que honraremos com a determinação e o empenho de sempre!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: O debate do Programa de Governo, sendo um momento de investidura formal de um novo executivo e, até, da confirmação da existência do executivo, é mais do que isso e tem sido esse o conteúdo do debate — é a apresentação de políticas, é o exercício do contraditório e é também o indício daquilo que será a atitude do Governo, aquilo que o País e o Parlamento podem esperar do novo Executivo.

Não foi por acaso que, no debate de ontem, as expectativas dos professores ganharam a centralidade neste Hemiciclo, não só porque irrompeu um fortíssimo movimento de cidadania, nos últimos anos, que bem se expressou nas ruas e na inteligência das portuguesas e dos portugueses, não só porque é um sector em crise, onde são urgentes respostas de funcionamento e de cidadania, mas também porque era o ponto, o teste, o momento em que se perceberia qual é a capacidade de diálogo do «Governo Sócrates II».

E, ontem, assistimos, desde as primeiras posições em voz, algo melosa, até às posições finais: voz do Primeiro-Ministro, dizendo: «Não pode haver ajustes de contas», «Não pode tirar desforço político» — é uma forma acanhada, é uma forma mesquinha de ver o debate político, o contraditório, o papel e a centralidade do Parlamento.

Nós, hoje, todos os grupos parlamentares, todos os partidos, o que suporta o Governo e aqueles que estão legitimamente a exercer os seus direitos de oposição, estamos aqui a dizer que o Parlamento — sem negar qualquer possibilidade de intervenção, na sua esfera própria, do executivo, a reserva de administração e o papel negocial com os sindicatos, tudo isso será obviamente preservado e respeitado —, mas o Parlamento pode assumir capacidade legislativa em relação ao sector da educação e à querela que o Governo manteve, intransigentemente, com os professores.

Aplausos do BE.

Será isto uma «coligação negativa»? Será isto uma «conspiração»? Não, isto é, nem mais nem menos, do que o normal funcionamento das instituições democráticas!

Sr. Primeiro-Ministro, recomponha-se, reconcilie-se com a Constituição da República! É talvez a primeira mensagem deste debate.

Aplausos do BE.

Não esperamos que o Executivo encontre, em cada convergência que se possa fazer no Parlamento, com ou sem o Partido Socialista, uma motivação, um pretexto para qualquer crise política, para qualquer acusação de que há um desapego do Parlamento em relação à acção governativa, de que há obstaculização do que sejam os bons méritos do Governo. Não será assim! Cairíamos, até, no ridículo se as várias oposições convergissem, aliás, em posições consabidas, conhecidas e já convalidadas pelo eleitorado, no sentido de alterar a lei dos *chips* das matrículas — aí está uma «conspiração» do Parlamento contra o Governo... Seria o ridículo e o caricato nesta Câmara!

Aplausos do BE.

O Sr. Primeiro-Ministro, ontem, usou até o absurdo da tese de que não faria sentido que o Programa do Governo fosse qualquer outro se não o Programa do Partido Socialista. Isso é, necessariamente assim, ninguém falou noutra coisa que não isso.

Aquilo que se disse, e se disse a várias vozes das oposições, foi que o Governo poderia ter aberto a porta em políticas que já se sabe que estão reprovadas no Parlamento, das quais há um histórico, há um processo político que as marcou e as demarcou bem, que deveria ter uma atitude dialogante. Não o fez! Ninguém aqui — e o Bloco de Esquerda muito menos — quis impor ao Governo um programa que não fosse o seu.

Agora, estranhámos é que o Primeiro-Ministro leve isso ao absurdo de dizer que as oposições querem subverter o seu programa — não queriam que o Partido Socialista apresentasse aqui um programa com o qual foi a sufrágio, com o qual se fez ajuizar junto dos portugueses.

Não! O que o Sr. Primeiro-Ministro queria era outra coisa: era que, recordando o que foram os governos minoritários do Partido Socialista, liderados por António Guterres, o Primeiro-Ministro, à época, dizia: «Não nos ponham entre a espada e a parede! Se nos puserem entre a espada e a parede, nós preferiremos a espada!». Foi António Guterres que o disse, mas José Sócrates, mais espetado, mais exercitado no debate e na polémica política, veio já alterar essa forma e diz às oposições: «Olhem que nós vamos pôr-vos entre a espada e a parede!» — é uma revisitação de António Guterres, mas é uma revisitação pela negativa.

Aplausos do BE.

Tudo isto para que conste que, afinal de contas, lá estava aquele remoque do Sr. Primeiro-Ministro a todas as bancadas sobre a humildade, mas esse remoque tem apenas em vista fazer passar a ideia de que o Governo não é de maioria absoluta. Não, não é, mas é quase: é um Governo minoritário absoluto... É qualquer coisa aí, e é dessa maneira que queremos ser vistos, conhecidos e que queremos relacionar-nos com as oposições. É um mau começo, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do BE.

Sr. Primeiro-Ministro, o Bloco de Esquerda, para prevenção, diz, desde já: manteremos toda a nossa independência política; veremos, proposta a proposta, o mérito, a intencionalidade de cada lei, de cada medida; estaremos dispostos a todas as responsabilidades. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não somos carruagem alguma de um pendular que ande, ocasionalmente, entre a esquerda e a direita!

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Não participaremos desse processo político, não somos parte desse ziguezague!

Este debate trouxe alguns pontos essenciais para a vida pública, para as expectativas dos portugueses, entre os quais, a crise. A crise tem uma dimensão económica que todos sentimos, que todos conhecemos,

mas também tem uma dimensão política de responsabilidade política; e é à responsabilidade política acerca da crise que foge o Partido Socialista, que foge este Governo, como fugia o anterior governo.

Não se trata, apenas, de um desarranjo dos mercados; não se tratou, apenas, de um golpe em Wall Street; não se tratou, apenas, de uma hecatombe do sistema financeiro — não se tratou, apenas, disso; tratou-se de uma política internacional, é certo, mas com a colaboração dos governos portugueses, há muitos anos incluídos no Partido Socialista, de menor interesse na regulação dos mercados internacionais e dos mercados financeiros, de existência de *offshores* que são verdadeiras zonas sem Estado, de desresponsabilização do Estado não apenas do ponto de vista fiscal mas também do ataque ao «produto criminal bruto». É disso que se trata!

Trata-se de uma forma muito envergonhada: o Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates foi a uma Cimeira Europeia tentar registar a ideia de uma taxa sobre as transacções financeiras. Não «passou» a taxa, não «passou» nada! Não passa qualquer medida para encerramento de *offshores*!

Não toma qualquer iniciativa europeia! Portugal, País pequeno, um Governo, um sócio-mor no quadro da União Europeia, talvez tivesse a virtualidade, a coragem, o arrojo de avançar com uma proposta; mas não é conhecida e, portanto, aquilo que o Partido Socialista fez, não por realismo político mas por acomodação política, é aqui um *laissez faire, laissez passer*... — vamos continuando assim, exactamente, em relação à desregulação dos mercados financeiros.

E essa é a responsabilidade política, mas é também a diferenciação e o contraste ideológico, porque seria aí que o Partido Socialista, para ser coerente com as suas declarações eleitorais, faria a demarcação com o neoliberalismo. Mas não a faz, não tem uma proposta, não recupera o papel do Estado como regulador, sequer! E, portanto, está em défice perante a esquerda acerca desse problema.

Não se trata aqui de medir a superioridade moral ou política de qualquer segmento da esquerda; trata-se de anotar a omissão política da parte do Partido Socialista.

Aplausos do BE.

O Partido Socialista diz à sua esquerda: «Não valorizaram o investimento público», supostamente num debate que estará a ter com a direita. Bom, mas, até numa fórmula consagrada do Partido Socialista, digo que «não aceitamos lições» acerca de investimento público!

O que não ouvimos, aqui, ontem, da parte do Sr. Ministro das Finanças nem da parte do Sr. Ministro da Economia, foi qualquer correlação entre o investimento público que defendemos e a criação de emprego — Qual é o plano? Como é que vamos obviar aos 600 000 desempregados previstos? Isso ficou ausente deste debate e das suas conclusões, tal como quaisquer ilações de alteração de política no combate às desigualdades sociais.

Política fiscal, progressiva — não ouvimos, mas ouvimos já falar das privatizações, que estiveram ausentes da campanha eleitoral. Afinal, vem aí a privatização dos aeroportos e, afinal, virá mais!... Falaremos em tempo oportuno do que vai suceder à Águas de Portugal...

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: A falha mais clamorosa deste debate do Programa de Governo, porque é um divórcio e é um divórcio que não é lídimo em relação à população portuguesa, é acerca do combate à corrupção.

Se, do ponto de vista fiscal — deixemo-nos de technicalidades jurídicas! —, há ausência de ónus da prova no reconhecimento do enriquecimento injustificado e o fisco pode — aliás, numa operação de constitucionalidade duvidosa — «aboletar-se» com uma parte desses rendimentos que são ilícitos, não se compreende como é que, do ponto de vista penal, não se tiram as respectivas consequências.

Àqueles que vêm aqui fazer juras à instituição democrática, à Constituição da República, que afastam repúblicas de juizes, que afastam populismos de todo o tipo — seguramente estaremos com eles, mas, para isso, é preciso armar a República, é preciso armar as instituições democráticas, é preciso aceitar o enriquecimento ilícito, é preciso tipificar esse crime e é necessário, de uma vez por todas, no mínimo, seguir o exemplo espanhol acerca do levantamento do segredo bancário. É isso que se espera de um Governo democrático, que quer verdadeiramente combater a corrupção!

Aplausos do BE.

Aquilo que o Governo do Partido Socialista aqui deixou, como linha motriz para a sua Legislatura, para a sua acção política e institucional acerca do combate à corrupção é pouco menos do que nada. E esse foi o «ponto negro», o «buraco negro» do debate do Programa de Governo.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No momento em que estamos a chegar ao final do debate do Programa do XVIII Governo Constitucional — como o tempo passa...! —, é possível já tirar uma primeira conclusão, que é, no entanto, inequívoca e derradeira. O Governo veio para este debate com uma ideia e com um intuito fundamental: o de fazer-se passar por vítima, o de passar para os outros a responsabilidade dos seus próprios erros e fragilidades — vitimizar-se, responsabilizando a oposição!

A primeira conclusão é a de que esta estratégia falhou! O Governo que veio para aqui vitimizar-se sai daqui com a responsabilidade e com o ónus de gerar uma governação estável e de ser ele próprio a apontar o rumo que pretende para o País.

Aplausos do CDS-PP.

Como o CDS sempre disse desde a primeira hora, recomendavam a prudência e o bom senso que nem o Governo sujeitasse o seu Programa a um voto de confiança — o que poderia ser entendido como provocatório — nem a oposição se precipitasse à primeira, numa rejeição prematura deste Programa de Governo. Foi o que dissemos, desde a primeira hora. Tínhamos razão: assim aconteceu!

Só que este facto tem consequências e as consequências são claras, são consequências políticas: a de que o Governo tem e sai daqui com o seu Programa, mas sai também com a responsabilidade de garantir a sua execução, de procurar soluções e de apontar qual é o caminho da estabilidade.

É evidente, sabíamo-lo desde o início, que este era um debate e era uma Legislatura que, desde o seu início, era especialmente difícil para este Governo e para este Primeiro-Ministro em concreto.

Desde logo, porque, desde a primeira vez há muito tempo a esta parte, José Sócrates e o Partido Socialista não podem usar aquele que foi sempre o seu argumento principal, quando não mesmo o único argumento, ao longo dos passados quatro anos e meio de legislatura.

Ao longo de quatro anos e meio, ouvimos aqui o Primeiro-Ministro, quinzenalmente, por sugestão do CDS, explicar-nos que a culpa era sempre do passado, que tudo o que acontecia era responsabilidade, quando não da crise, do estado em que os governos anteriores tinham deixado o País, que a responsabilidade era sempre dos primeiros-ministros que o tinham antecedido.

Ouvimos este argumento quinzenalmente, repetido *ad nauseam*. Sempre e sempre o mesmo argumento vezes sem conta!

Só que, desta vez, que herança recebe o Primeiro-Ministro José Sócrates?

O défice para 2009 não se situa nos 5,9%, tal como referia o Governo, mas, sim, nos 8% (números Comissão Europeia); o desemprego ultrapassa os 9% e encaminha-se para os 10%, superando claramente os 10% nalguns distritos do País (dados do Instituto Nacional de Estatística); o défice externo situa-se nos 10% do PIB e o endividamento externo atinge 100% deste valor, isto segundo números do Banco de Portugal; o número de falências de empresas, de Janeiro a Setembro de 2009, atinge o recorde de 3255 falências.

Estes são os números da pesada herança, este é o quadro da herança negra que José Sócrates recebe. Mas há aqui um facto novo: José Sócrates recebe esta herança negra de um Primeiro-Ministro que se chama, também ele, José Sócrates!

Aplausos do CDS-PP.

Não se tratando, obviamente, de uma coincidência de nomes, mas de uma mesma e única pessoa, está explicado porque é que o argumento da pesada herança, desta vez, já não colhe e vai ter de desaparecer.

Podemos pensar como o Governo terá reflectido sobre esta matéria.

Não tendo esse argumento a que se agarrou sempre, pelo qual lutou sempre e com o qual se procurou defender em todas as circunstâncias, agora José Sócrates e o Governo precisavam urgentemente de um novo argumento, precisavam, como sempre precisaram, de um novo mote, de um novo refrão que pudesse substituir o anterior, mantendo a capacidade de vitimização do Governo.

Já todos percebemos qual é esse mote: na impossibilidade de se queixar da herança negra que deixou a si próprio, o Governo tem agora um argumento sistemático e repetitivo, o convite às oposições, a todas as oposições, e a recusa destas em fazer uma coligação ou um acordo parlamentar.

Dizem agora — disseram todos os que falaram — os membros do Governo e os Deputados da maioria (agora relativa), sistematicamente: «propusemos e não quiseram», «propusemos e não aceitaram», «propusemos e foi por culpa da oposição que somos obrigados a executar o nosso Programa sozinhos».

Só que este não só parece um argumento algo imaturo e até adolescente como, mais uma vez, não colhe.

Desde logo, não colhe porque não é compreensível nem aceitável que o Partido Socialista, ainda que tenha ganho as eleições, não tenha consciência de que perdeu mais de meio milhão de votos, que perdeu 24 Deputados e que viu a sua tão querida maioria absoluta reduzida à relatividade.

Era, por isso, indispensável que o Partido Socialista tirasse consequências deste facto. Mas o Governo veio aqui como se nada tivesse acontecido, com o mesmo Programa e a mesma postura do passado, como se as eleições tivessem sido um mero percalço, conducentes a uma simples remodelação ministerial.

Em nenhuma circunstância ouvimos o Sr. Primeiro-Ministro demonstrar que tinha compreendido os sinais evidentes saídos destas mesmas eleições e, com eles, a necessidade de usar aquela palavra que, de facto, o Sr. Primeiro-Ministro não usa, que é: corrigir, mudar ou rectificar.

O que de mais importante resulta destas eleições é uma alteração de fundo no equilíbrio do sistema político, uma alteração de fundo na relação entre órgãos de soberania em Portugal. Ou seja, enquanto um governo com maioria absoluta tende para aquilo a que Adriano Moreira chamava «o presidencialismo do primeiro-ministro» e para uma governamentalização do Parlamento, sujeitando-o ao governo, colocando-o muitas vezes como caixa de ressonância desse mesmo governo, a circunstância de existir um Governo com maioria relativa valoriza o papel do Parlamento e obriga à procura de soluções e de consensos.

Aplausos do CDS-PP.

De uma forma ainda mais simples e mais directa, para que não fiquem dúvidas, direi: V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, gaba-se — e bem — de ser o Primeiro-Ministro que mais vezes veio ao Parlamento para falar. A diferença é que, a partir de agora, V. Ex.^a terá de vir ao Parlamento não só para falar, mas também para ouvir!

Essa é a mudança estrutural.

Aplausos do CDS-PP.

Acabou-se o tempo em que o Primeiro-Ministro vinha ao Parlamento, dizia o que entendia, a maioria aplaudia, a oposição perguntava e nada era respondido.

Essa, repito, é a mudança de fundo e nós pensamos que ela é positiva, reforça a democracia, reforça o Parlamento e permitirá uma solução diferente para Portugal, na qual o CDS se manterá numa aliança permanente com os seus valores, com as suas convicções e com uma única lealdade: a lealdade ao seu eleitorado, àqueles que nos escolheram para estarmos aqui agora em número bastante mais significativo.

Foi com esse espírito e foi com sentido de Estado que participámos neste debate e é com o mesmo espírito e com o mesmo sentido de Estado que tencionamos continuar.

Recusámos qualquer tipo de radicalismo, qualquer tipo de demagogia e reconhecemos ao Governo a legitimidade de governar. Mas se tem a legitimidade tem também a responsabilidade de o fazer!

Questionámos o Governo sobre quais as suas principais opções, qual a definição do seu rumo, se tem um rumo, se tem um caminho, ou se tenciona simplesmente, como até agora, continuar a «navegar à vista».

Colocámos 10 questões, através dos nossos Deputados, que consideramos fundamentais e que ou não foram respondidas ou não foram completamente esclarecidas.

Perguntámos se o Governo, em relação ao novo Código Contributivo, está ou não disponível para encontrar uma solução que, perante a situação dramática do desemprego e a situação de profunda recessão em que o País está, permita proteger comerciantes, proteger agricultores, proteger pequenos empresários, adiando a entrada em vigor desta solução e procurando uma melhor.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Em segundo lugar, perguntámos qual o custo exacto da nacionalização do BPN, que não foi esclarecido nem o caminho a seguir para a privatização.

Em terceiro lugar, em relação à Caixa Geral de Depósitos, perguntámos se o Governo vai ou não, finalmente, pô-la a funcionar a favor da economia, como banco de fomento para as pequenas e médias empresas.

Em quarto lugar, perguntámos qual a solução para a avaliação dos professores, se o Governo está ou não disposto a suspender o que está errado, a encontrar um consenso e um quadro parlamentar para, depois, o trabalhar com os sindicatos.

Em quinto lugar, em relação ao Código civil, perguntámos como é que o Governo pretende permitir o casamento de pessoas do mesmo sexo, sem com isso arrastar a adopção ou entrar numa solução inconstitucional.

Em sexto lugar, perguntámos (e, mais uma vez, não tivemos resposta) se o Governo reconhece ou não que a existência de fraudes sérias em prestações sociais, como o rendimento mínimo, deviam obrigar a rectificar, permitindo assim o aumento das pensões.

Em sétimo lugar, perguntámos se o Governo vai ou não, em matéria de segurança, mudar as leis penais, permitindo julgamentos rápidos e uma melhor resposta no combate ao crime.

Em oitavo lugar, perguntámos se o Governo admite ou não fasear, estabelecer prioridades no investimento público, garantindo uma reserva de crédito disponível para as empresas.

Em nono lugar, perguntámos se o Governo tem ou não um compromisso de comparticipação orçamental daquela que é a comparticipação nacional na agricultura, pondo, finalmente, o PRODER a funcionar e evitando a situação dramática em que se encontram tantos e tantos agricultores portugueses.

Em décimo e último lugar, e a caminho do próximo debate, que será o orçamental, perguntámos qual é a margem do ponto de vista fiscal, se o Governo vai ou não assumir, tal como fez o governo francês do Sr. Sarkozy, o governo da Sr.^a Merkel, ou o governo sueco, que, para o relançamento e a retoma da economia, será necessária uma redução fiscal, será necessário baixar a pressão fiscal sobre os portugueses e sobre as empresas para que a retoma seja uma realidade.

Foram 10 as questões que colocámos com sentido de Estado e que muito ajudariam a perceber quais as opções e qual o rumo que este Governo pretende seguir. Mas saímos daqui com muito poucas respostas a estas mesmas questões.

Este Governo não tem, nem pode ter, aquilo a que vulgarmente se chama o «estado de graça», por uma razão simples: porque o estado em que deixou e encontra o País não tem graça nenhuma!

Este Governo teria, quando muito, o chamado benefício da dúvida. Mas, mesmo aí, diria que ficam muitas dúvidas e muito pouco benefício. Ficam muitas dúvidas sobre qual o caminho que este Governo pretende, ficam muitas dúvidas sobre qual o rumo que esta maioria relativa pretende seguir.

Os próximos debates serão, por isso, decisivos.

O CDS encara esses mesmos debates com responsabilidade e com sentido de Estado. Pensamos que a solução para o País se chama competitividade, que a solução para o País se chama produtividade. Por isso, falámos e defendemos aqui, pela voz do nosso Presidente, um novo acordo social que relance Portugal.

Esse é o nosso compromisso.

Somos oposição firme. Somos oposição leal aos nossos valores e às nossas convicções. Somos oposição em nome de uma única realidade que nos norteia: o futuro e o interesse de Portugal!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado José Pedro Aguiar Branco.

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A minha primeira palavra é para V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia da República, e é para o felicitar. Felicitá-lo pela reeleição como Presidente da Assembleia e, sobretudo, pelo resultado das últimas eleições legislativas.

Muito se tem debatido e analisado os resultados do passado dia 27 de Setembro, e são muitas e diferentes as interpretações que se fazem — nos jornais, nas rádios e nas televisões. A nossa interpretação é, no entanto, muito simples: o PS perdeu a maioria absoluta. O Parlamento conquistou essa maioria!

Aplausos do PSD.

O Parlamento conquistou uma maioria absoluta para, mais do que nunca, contribuir para a governação do País; o Parlamento conquistou uma maioria absoluta para, mais do que nunca, fiscalizar a actividade deste Governo.

Os portugueses quiseram ter um Parlamento mais forte, mais participativo, mais atento e mais vigilante. Os portugueses quiseram dar mais responsabilidades a este Parlamento e, para isso, deram-nos a todos nós, Deputados, uma nova legitimidade.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Foi isso que os portugueses nos disseram no passado dia 27 de Setembro. O PSD soube ouvir, esta Câmara soube ouvir, falta o Sr. Primeiro-Ministro também saber ouvir!

Está por isso de parabéns o Parlamento, na pessoa da V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia da República.

Sr. Primeiro-Ministro, o dia 27 de Setembro mudou muito mais do que V. Ex.^a está na disposição de admitir. Não basta, por isso, mudar o tom de voz, remodelar três ou quatro ministros mais impopulares ou alterar umas quantas linhas ao seu Programa Eleitoral. Isso não chega para que os portugueses acreditem que mudou, também, o rumo da governação.

É preciso abandonar a obsessão pelo anúncio repetido das mesmas promessas sistematicamente não cumpridas; é preciso romper o tique da prioridade ao *sound byte*, que faz notícia mas não faz obra; é preciso ser consequente entre o que se diz ir fazer e o que efectivamente se concretiza!

É uma questão de respeito pelas pessoas e de dignidade da função de Estado que V.^a Ex.^a exerce, respeito e dignidade, infelizmente, tão esquecidos ao longo do seu anterior mandato!

Aplausos do PSD.

É que, embora lhe custe a aceitar — como se viu ao longo deste debate em que caprichou em manter o princípio de fingir que responde às nossas perguntas —, a composição desta Assembleia mudou, e mudou sobretudo a forma como ela se irá relacionar com o Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, no dia 27 de Setembro, V. Ex.^a deixou de ter um Governo que mandava no Parlamento para passar a ter um Parlamento que irá fiscalizar, efectivamente, o seu governo. E esta é uma verdade constitucional que V. Ex.^a preferiu, convenientemente, ignorar nos últimos quatro anos e meio. Não poderá, agora, continuar a fazê-lo!

Não pode continuar a ignorar as perguntas desta Assembleia. Não pode continuar a ignorar os requerimentos desta Assembleia. Não pode continuar a vetar a vinda dos membros do seu governo a esta Assembleia, se e quando os Deputados entenderem, para prestarem contas dos seus actos.

Numa coisa tem, no entanto, o Sr. Primeiro-Ministro razão: acabou a política de recados. Acabaram as ordens para aprovar ou rejeitar esta ou aquela iniciativa, esta ou aquela medida. Os Deputados não estão aqui para lhe fazer as vontades ou cumprir os seus caprichos.

Aplausos do PSD.

Os portugueses querem que V. Ex.^a dê explicações, querem que V. Ex.^a preste contas. Deram uma maioria absoluta ao Parlamento para garantir que tal aconteça.

E, antes mesmo que V. Ex.^a recomece a queixar-se de chantagens, de coligações negativas ou até, sei lá, da vida em geral, recorde-lhe que foi nestas circunstâncias que V. Ex.^a aceitou governar. São estas as circunstâncias com as quais os portugueses o legitimaram para governar. Foi V. Ex.^a que quis ser primeiro-ministro!

Nos últimos quatro anos, o Governo aperfeiçoou-se em arranjar desculpas para os seus insucessos e fracassos. Mas os momentos que agora vivemos são diferentes. E é isso que o Sr. Primeiro-Ministro finge não entender.

Aplausos do PSD.

Ao apresentar e discutir um Programa que é uma mera réplica do seu manifesto eleitoral, o Governo e o Primeiro-Ministro exteriorizam a velha tentação de se confundirem com o partido. Exteriorizam, ainda, o sinal claro de que querem, agora, transferir para a oposição a responsabilidade pela sua governação.

Da nossa parte não o iremos permitir. Os portugueses reconhecem-nos como a única alternativa ao Governo. Temos, sozinhos, mais Deputados que o conjunto dos restantes partidos da oposição.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: O País continua a viver uma grave crise. E há muito para fazer.

Não só estão por resolver a maior parte dos problemas que a última maioria absoluta criou como temos novos desafios pela frente que exigem a nossa máxima atenção.

Comecemos pelos problemas criados pela última maioria absoluta.

É fundamental suspender, imediatamente, o processo de avaliação dos professores e o actual Estatuto da Carreira Docente.

Aplausos do PSD.

Sr. Eng.^o José Sócrates, dê pelo menos a oportunidade à nova ministra para mostrar que tem uma política para o sector, sem condicionalismos, sem regras pré estabelecidas. Dê oportunidade à nova ministra de mostrar que nem tudo lhe é imposto pelo seu gabinete.

Seria, Sr. Primeiro-Ministro, um sopro de responsabilidade num processo inquinado pelo veneno da falta de bom senso.

Aplausos do PSD.

Irresponsabilidade não é suspender o que está mal. Irresponsabilidade é persistir num erro que conduz à instabilidade nas escolas, que prejudica os alunos, que desrespeita os professores, que preocupa os pais e que reduz os níveis de exigência.

Sr. Primeiro-Ministro, ontem manifestou a sua disponibilidade para construir, não para destruir. Pois bem, no que diz respeito à educação e aos professores já pouco resta para destruir. Não dê mais um contributo para isso.

Aliás, nesta área, o desafio que temos é o de definirmos um roteiro para a resolução dos problemas. O PSD está disponível — e já demos passos neste sentido — para ajudar a encontrar soluções o mais abrangentes possíveis.

É indispensável, também, travar o flagelo do desemprego. É o mais grave problema social que o país atravessa e que atingiu, na última Legislatura, o recorde histórico de mais de meio milhão de pessoas desempregadas. Temos que agir imediatamente. Temos que parar com os anúncios e passar à acção. É isso que reclamam centenas de milhares de portugueses e dezenas de milhares de pequenas e médias empresas.

Aplausos do PSD.

Temos que criar condições para que Portugal recupere a sua competitividade e retome o crescimento e a convergência com a Europa. Só assim conseguiremos criar emprego no nosso país.

As últimas previsões que o Sr. Primeiro-Ministro utilizou, aliás com a habitual habilidade, dizem-nos que o défice orçamental deverá atingir, em 2011, os 8,7%, o pior valor de sempre.

Não podemos continuar na rota do empobrecimento.

Não podemos continuar com o actual nível de endividamento, que já ultrapassou, em muito, os limites do aceitável e, ao mesmo tempo, prometer gastar aquilo que o País não tem.

O Estado tem de restaurar os níveis de confiança, favoráveis ao investimento e às exportações. Só através do aumento das exportações conseguiremos diminuir o crescente endividamento do País.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PSD tem uma ideia clara sobre as grandes prioridades do País e os desafios que enfrentamos. Não nos desviaremos daquelas que são as questões fulcrais para Portugal.

É esse o compromisso que assumimos com os portugueses. Que não restem quaisquer dúvidas a esse propósito.

Queremos aumentar o emprego e criar condições para a recuperação da competitividade. Por isso, temos propostas concretas de apoio às empresas e, em especial, às pequenas e médias empresas, como a extinção do pagamento especial por conta e o pagamento do IVA apenas com a emissão do recibo. Seria sensato se o Governo as tomasse como suas.

Aplausos do PSD.

Queremos atender aos problemas da pobreza e das desigualdades sociais. Por isso, propomos a criação de um fundo de emergência social destinado a apoiar o trabalho das instituições de solidariedade social. Seria sensato se o Governo tomasse essa proposta como sua.

Queremos recuperar o prestígio dos professores. Por isso, propomos a revisão do Estatuto da Carreira Docente, abolindo a actual divisão entre professores e a substituição do actual modelo de avaliação. Seria sensato se o Governo agisse de conformidade.

Aplausos do PSD.

Queremos recuperar a confiança no sistema judicial e garantir a sua eficiência. Por isso, lutaremos pela independência da magistratura judicial e pela autonomia do Ministério Público. Seria sensato se o Governo absorvesse as nossas propostas nesse sentido.

Queremos um cada vez mais eficaz combate a qualquer forma de criminalidade, em especial à corrupção, que corrói a nossa democracia, mina a concorrência leal e atropela o nosso crescimento económico.

Aplausos do PSD.

Por isso, propomos uma melhor coordenação entre as polícias e um quadro legal mais favorável à captura dos delinquentes. Seria sensato, muito sensato, que o Governo, por via da sua maioria parlamentar, não recusasse, desta vez, a aprovação dos diplomas que dão suporte legal a esse combate.

Aplausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro: V. Ex.^a tem dito, repetidamente, com o que eu estou de acordo, que o diálogo será permanentemente privilegiado.

Esta discussão do Programa de Governo era a primeira oportunidade para demonstrar uma vontade séria em dialogar com a Assembleia da República.

A forma pouco responsável como o Programa do Governo foi apresentado e discutido nesta Assembleia indicia, infelizmente, outra realidade: V.^a Ex.^a optou, uma vez mais, por um monólogo. Perdeu, assim, de forma clara, a sua primeira grande oportunidade.

Aplausos do PSD.

Não basta apelar à responsabilidade dos partidos políticos, a quem cabe fiscalizar a acção do seu governo. É preciso também que o Sr. Primeiro-Ministro e os seus ministros demonstrem essa mesma responsabilidade.

Os portugueses podem estar seguros de que o PSD saberá ser uma oposição responsável.

Não queremos servir de desculpa para que não governe.

Pelo contrário, o PSD quer que V. Ex.^a tenha a oportunidade de governar nos próximos quatro anos.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, por muito que não goste, por muito que se queixe, é bom não esquecer: a maioria absoluta é deste Parlamento. Esse foi o resultado das últimas eleições legislativas. Os portugueses assim o decidiram e é isso que o PSD respeitará.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Concluído o processo da sua investidura parlamentar, o Governo sai hoje desta Assembleia provido da plena legitimidade para exercer as suas funções. O País, que decerto assistiu com interesse a este debate, projecta a partir de agora no Executivo uma expectativa simples: a de que governe, como é seu impreterível dever.

As últimas eleições proporcionaram uma emergência de um quadro parlamentar complexo e, como tal, especialmente exigente. Nenhum partido detém, solitariamente, maioria absoluta.

Assiste-se a uma fragmentação singular da representação parlamentar, tornando mais complicado o xadrez político nacional. Foi esta a opção democrática dos portugueses.

Um partido, porém, venceu claramente as eleições. E incumbindo-lhe, à luz dos preceitos constitucionais em vigor, a tarefa de constituir uma solução governativa, deu mostras de entender a nova situação e de procurar abordá-la com o espírito mais adequado.

É nesta perspectiva que deve ser entendida a iniciativa levada a cabo pelo líder do Partido Socialista no sentido de auscultar, sem reservas mentais, a predisposição dos demais partidos com assento parlamentar para a abertura de um diálogo conducente a um eventual acordo político tendente a assegurar a governação estável do País.

A resposta obtida e publicamente assumida, nalguns casos até de forma particularmente exuberante, por todos eles, sem qualquer excepção, foi clara: os partidos que perderam as eleições optaram pela oposição. Estão no seu pleno direito.

Tal atitude corresponde mesmo a uma interpretação dos resultados eleitorais que não choca a consciência democrática. Tendo visto os seus programas rejeitados pelos portugueses, não se acharam em condições de aceder a funções de responsabilidade governativa. Tiveram, porém, o cuidado, à saída das audiências convocadas para tal efeito, de declarar a firme intenção de prosseguirem uma postura responsável. Tal compromisso eleva-os, de certo, na consideração de qualquer exigente consciência democrática.

O que se passou a seguir é igualmente conhecido. Sendo verdade que quem perdeu escolheu o caminho da oposição, quem ganhou assumiu o dever da governação. O País não precisa apenas de um Parlamento que exprima o seu pluralismo democrático, mas carece também de um governo que assuma em toda a plenitude as suas obrigações constitucionais.

Aplausos do PS.

O PS não fugiu desta vez, como nunca fugiu na sua história, às suas responsabilidades. Formou Governo, elaborou um Programa e apresentou-se perante esta Assembleia. E o debate que nos ocupou nos últimos dois

dias e que agora se conclui constituiu o momento de profunda afirmação da responsabilidade democrática de todos os intervenientes.

O Governo esteve plenamente à altura das suas responsabilidades. Desde logo, pela circunstância de ter apresentado como seu Programa o projecto eleitoral anteriormente sufragado pelos portugueses. Revelou, com isso, uma intenção clara e admirável: a de que não quer utilizar as circunstâncias para elidir as suas responsabilidades, furtando-se agora a cumprir o que prometeu antes das eleições. Tivesse seguido por outro caminho e mereceria uma séria advertência de ordem ética.

O Sr. Primeiro-Ministro revelou firmeza nos seus propósitos e fidelidade às suas convicções. Ainda bem que temos um Primeiro-Ministro que se não resigna ao papel de fingir que é Primeiro-Ministro,...

Aplausos do PS.

... que não quer permanecer mas, sim, agir, que não procura álibis mas, antes, soluções, que sabe que governar é decidir, romper e transformar, para quem o poder não é em si mesmo o fim último da acção política mas o instrumento útil para dar sentido a essa mesma acção política.

E, se nos reconhecemos nessa atitude, reconhecemo-nos igualmente na substância do Programa apresentado.

Aplaudimos, desde logo, as prioridades anunciadas: a preocupação em combater a crise, relançar a economia e promover o emprego; a vontade de modernizar a economia, a sociedade e o Estado; o objectivo de desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades.

Temos consciência dos graves problemas que debilitam a nossa economia. Uns mais agudos, resultantes da grave crise que assola o mundo, outros, de natureza estrutural, assentes em ancestrais atrasos da nossa sociedade. Conscientes da dimensão dos problemas, não podemos sucumbir ao pessimismo em que tantos se atolam e se atolaram historicamente. Para enfrentar o crucial problema da debilidade da nossa economia num mundo cada vez mais internacionalizado é preciso vontade e projecto. Ambos não faltam ao Governo.

A valorização do investimento público e do papel do Estado, sem pôr em causa a importância do mercado, da criatividade individual e do empreendedorismo, constitui o caminho mais sensato para atingir o objectivo da modernização económica.

É verdade que o País tem problemas sérios ao nível do endividamento e só os irresponsáveis pugnam por um desequilíbrio estrutural das finanças públicas. Mas o segredo da arte da boa política económica consiste em compreender, em cada momento histórico, a ordem adequada das prioridades. E, neste momento, o mais urgente é responder à crise, adoptando medidas propiciatórias do relançamento da actividade económica e geradoras de emprego.

Aplausos do PS.

Saudamos o Governo por ter compreendido esta evidência, à semelhança, aliás, do que se está a passar com a generalidade dos governos europeus.

É por isso que não podemos reagir senão com algum sentido de humor à acusação de uma certa esquerda intelectualmente preguiçosa de que o Governo pratica políticas neoliberais. Infelizmente, o anquilosamento do pensamento económico dessa parte, ainda que claramente minoritária da esquerda portuguesa, impede-a de ter uma participação mais construtiva na vida política nacional. Há muros interiores que, infelizmente, ainda não caíram, e é pena que assim seja.

Aplausos do PS.

Já os partidos à nossa direita, esses sim, parecem querer recuperar às vezes o receituário neoliberal quando este entrou em crise não apenas na Europa mas no seu local de eleição: no próprio Estados Unidos. Mas dada a extrema volubilidade desse espaço político, pouco firme no plano doutrinário e especialmente ziguezagueante no plano político, nada aí está, certamente, absolutamente adquirido.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo sai daqui legitimado e responsabilizado. As oposições também aqui contraíram uma séria responsabilidade. A circunstância de não terem apresentado qualquer moção de censura

abona a favor do seu sentido da responsabilidade. Esperemos que não cedam, a partir de agora, à tentação de apresentar a seguir pequenas moções de censura frequentes.

Aplausos do PS.

A oposição está fragmentada e atravessada por insanáveis contradições. Com grande esforço, podem, eventualmente, encontrar-se para impedir, para adiar, para destruir. Não creio que o possam alguma vez fazer para propor, resolver ou construir.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Têm, naturalmente, o direito e o dever de divergir, de fiscalizar e de propor alternativas, mas também devem saber que a sua responsabilidade é agora muito maior, à luz do novo enquadramento parlamentar que se nos depara.

Aplausos do PS.

Pede-se ao Governo disponibilidade para o diálogo e capacidade para forjar entendimentos. E pede-se à oposição que renuncie, também ela, à arrogância sectária com que as minorias às vezes se comprazem.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é um tempo de responsabilidade e de esperança, este é, para todos nós, claramente um tempo de exigência. Creio que, ao finalizar a minha intervenção por parte do Grupo Parlamentar do PS neste debate, é esse sinal que aqui queremos deixar. O sinal de apoio claro a um Governo que apresentou um rumo e uma orientação para o País e um sinal de disponibilidade para um diálogo aberto com todos aqueles que aqui também têm legitimamente a sua representação parlamentar.

Sr. Primeiro-Ministro, confiamos na sua determinação, na sua força, na sua capacidade de enfrentar as adversidades. Há pouco, o Sr. Deputado Luís Fazenda lembrava aqui, desta tribuna, uma outra circunstância histórica na qual também estive presente em que o então Primeiro-Ministro Eng.º António Guterres, falando perante esta Assembleia, dizia que, se, porventura, alguma vez o seu governo, um governo de natureza minoritária tal com este, tivesse de optar entre a espada e a parede, teria de optar pela espada.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Ele preferiu o queijo Limiano!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses não gostam nem apreciam, certamente, um Primeiro-Ministro que esteja disponível para optar pela espada à primeira dificuldade. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses também não compreenderiam nunca um Primeiro-Ministro que se deixasse encostar à parede!

Aplausos do PS.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, é esse o nosso desafio de cada dia, o desafio do poder e da oposição, o desafio do Governo e o desafio do Parlamento: evitar que algum dia se tenha de fazer essa opção radical entre a espada e a parede, em nome do interesse dos portugueses, em nome do interesse de Portugal!

O País olha, de resto, para nós com expectativas especiais. No poder ou na oposição, sem abdicarmos da nossa identidade, sem suspendermos a discussão democrática, devemos todos, sem excepção, estar à altura desta exaltante responsabilidade que é servir Portugal de acordo com a nossa interpretação do interesse do País e servir os portugueses!

É isso e só isso que o Grupo Parlamentar do PS procurará fazer na Legislatura que agora se inicia!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Luís Amado): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: No final deste debate, é caso para dizer que os dados estão lançados.

O Governo de maioria relativa do PS assumiu as suas responsabilidades como lhe competia, apresentado o seu Programa do Governo. A oposição assumiu agora as suas responsabilidades: não rejeitando o Programa do Governo, dá luz verde ao Governo para a sua execução no contexto que todos temos presente da relação de forças que existe neste Parlamento.

Ouvimos com atenção todas as intervenções proferidas pela oposição e registámos todas as críticas ao PS, ao Governo e ao seu Programa proferidas durante o debate. Toda a oposição sublinhou o facto de o Governo, dizem, não ter entendido a alteração de circunstâncias resultante dos resultados das eleições de 27 de Setembro, que o PS ganhou com maioria relativa.

Com o devido respeito, é verdade. As circunstâncias mudaram, mas mudaram, Srs. Deputados, para todos! Mudaram para o Governo e mudaram para a oposição! E podemos com a mesma autoridade dizer que a oposição não entendeu, no seu significado político mais profundo, a alteração de circunstâncias verificadas, ao rejeitar o convite do Primeiro-Ministro indigitado para encetar um processo de diálogo com o objectivo de procurar soluções de maior estabilidade governativa no Parlamento com a actual composição.

O PS e o Primeiro-Ministro indigitado reagiram de imediato à circunstância de não ter maioria absoluta, fazendo o que por toda a Europa democrática se faz nestas circunstâncias, já que a estabilidade governativa é um valor demasiado sério nos tempos que vivemos para que as forças políticas democráticas e responsáveis não invistam, às vezes longamente, na busca de soluções de maior estabilidade. É isso que acontece na Europa de hoje, seria normal que também acontecesse em Portugal. O PS não pode ser acusado por isso.

Aplausos do PS.

É certo que o objectivo único e comum a toda a oposição — objectivo, aliás, pouco ambicioso que ditou a sua derrota — era tão-somente retirar a maioria absoluta ao PS. Não era, como se confirmou, assumir responsabilidades de governo.

O PCP e o BE já nos habituaram a isso desde há muito tempo. O seu objectivo, claramente, não é governar. Já o mesmo se não pode dizer do PSD e do CDS-PP. São partidos com vocação de poder e com responsabilidades próprias no nosso sistema político e partidário. Estranha-se, por isso, a falta de abertura democrática para um simples diálogo que fosse sobre os problemas do País.

O PS assumiu as suas obrigações e as suas responsabilidades. Toda a oposição, de forma arrogante, recusou discutir qualquer opção que garantisse mais estabilidade política e governativa para os próximos quatro anos. O País registou. O País registou esta falta de abertura para o diálogo que as circunstâncias aconselhavam.

Depois de três anos de actos eleitorais sucessivos, no meio de uma crise económica mundial gravíssima com enorme impacto na economia e na sociedade portuguesa e a pouco mais de um ano de uma nova eleição para a Presidência da República, depois de um longo período de uma rude e conflituosa campanha eleitoral, seria bom que os principais partidos políticos portugueses tivessem podido debater com a serenidade necessária os problemas do País, a diferente avaliação que deles fazem e as diferentes propostas que têm para a sua resolução. Independentemente de poderem chegar a um qualquer acordo ou entendimento do Governo, o País teria ganho com isso, a democracia portuguesa teria ganho com isso.

Era bom, por exemplo, que o PSD, caso houvesse mostrado alguma abertura para dialogar, pudesse apresentar a sua inquietação sobre a situação do endividamento, que também nos preocupa, sobre as diferentes opções de política económica para combater a crise ou sobre a qualidade do investimento público em perspectiva. Era bom que pudéssemos ter discutido serenamente este conjunto de problemas que o País reconhece como seus.

Como era bom que o CDS, que tem ideias próprias sobre a avaliação de professores, sobre a competitividade fiscal da nossa economia, sobre a revisão das leis penais ou sobre as questões da agricultura, pudesse explorar vias de entendimento possível em algumas destas áreas. Como em toda a Europa em todas as circunstâncias depois de um acto eleitoral em que não há uma maioria absoluta, é esta a metodologia

democrática necessária para organizar a resposta política democrática aos problemas com que os países e os Estados se confrontam.

E mesmo com as forças à nossa esquerda de que nos separam divergências de concepção política e estratégica de fundo sobre o desenvolvimento do País, a sua inserção geopolítica ou o funcionamento da economia, poderíamos ter dialogado, designadamente, explorando espaços de convergência que a última Legislatura revelou possíveis em áreas sociais importantes. Era bom para o País que este diálogo, por breve que fosse, se tivesse iniciado.

Mas compreendemos, pelo debate em torno do Programa do Governo aqui realizado, as dificuldades da oposição e os seus constrangimentos tácticos que limitam a sua capacidade para olhar com seriedade e profundidade para os graves problemas do País.

O Bloco de Esquerda e o PCP rivalizam à esquerda, no arrogante, na oposição ao PS, à sua tradicional presença como grande força popular da esquerda democrática, reformista e antitotalitária. Não estão por isso, como nunca estiveram, dispostos a dialogar.

Da mesma maneira compreendemos que a luta táctica pela hegemonia e pela liderança da direita entre um CDS fortalecido por inesperados resultados eleitorais e um PSD enfraquecido internamente por sucessivas derrotas eleitorais e sucessivas mudanças de liderança dificulte circunstancialmente qualquer compromisso ou entendimento à nossa direita.

A situação de instabilidade crónica do PSD ao longo dos últimos anos, a caminho do sexto líder em seis anos, com mudanças frequentes de linha ideológica e programática é em si mesmo um factor de instabilidade do sistema político português, que só a sólida e consistente confiança renovada pelo eleitorado no Partido Socialista tem compensado no seu impacto e nos seus efeitos desestabilizadores da sociedade portuguesa.

Aplausos do PS.

O PS é por isso mesmo, por força das circunstâncias do nosso sistema político e partidário, o eixo estruturador do sistema político e da vida política portugueses gerador de confiança e de estabilidade capaz de dialogar com todas as forças políticas representadas no Hemiciclo à sua direita e à sua esquerda, como este debate, uma vez mais, demonstrou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fugindo a qualquer diálogo, mesmo preliminar, a oposição não deixou outra alternativa ao Governo que não fosse apresentar o programa eleitoral do PS sufragado por uma maioria dos portugueses e por isso o único referencial de legitimidade programática no início de uma nova legislatura.

Sem um acordo de governo, sem um simples processo de diálogo prévio, qualquer opção de alteração ao programa eleitoral seria um sinal equívoco e desestabilizador, falho de sentido político e de liderança, que a situação exige.

A opção da oposição ao recusar esse diálogo foi a de trazer para aqui, para o Parlamento, o debate, que não quis iniciar, fora do Parlamento. Pois muito bem, será a partir de agora aqui, no Parlamento, que caso a caso, lei a lei, iniciativa a iniciativa, devemos explorar o sentido de compromisso e de abertura de cada partido para resolver cada um dos graves problemas com que o País se confronta e que o Governo, com determinação e coragem, enfrenta.

Numa situação de maioria relativa, o Programa do Governo é o ponto de partida, não é necessariamente o ponto de chegada da acção governativa, como todos sabemos.

Por isso, na base do debate que, a partir de agora, se abrirá caso este Programa não seja rejeitado, como tudo indica que assim será, este é um Programa responsável, equilibrado, ambicioso, porventura aqui ou ali mais voluntarista, porque não se governa sem convicção, sem ambição, sem confiança e sem vontade de transformar.

É isso que este Programa propõe para o futuro do nosso País.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A nossa principal responsabilidade é pensar no País acima de tudo, neste momento de dificuldades que vivemos, no contexto de uma recessão grave do ponto de vista económico e

num tempo de profundas e rápidas mudanças que a globalização impõe e a que nos devemos adaptar estruturalmente, se quisermos subsistir como Estado soberano e como Nação nas próximas décadas.

Pensar no País, nos seus problemas, nas dificuldades das pessoas e das famílias perante a falta de emprego ou a falta de recursos para satisfazer as suas necessidades, pensar nas dificuldades de tantos empresários, perante a crise, em manter as suas empresas a trabalhar, a prioridade das prioridades deste Governo é, com aqui foi sublinhado, vencer a crise, ultrapassar este momento de dificuldade não apenas do nosso País mas de todo o mundo.

É nesta realidade que o Governo se quer concentrar, dar resposta à situação das pessoas, das famílias e das empresas afectadas pela crise, reagir às dificuldades que uma crise internacional sem precedentes vem gerando em todas as economias do mundo e que a oposição, por razões de oportunidade eleitoralista, persiste em subestimar na avaliação que faz do seu impacto nos desequilíbrios macroeconómicos do País, que cegamente continuam a atribuir apenas às responsabilidades das políticas do Governo.

Em particular, o PSD continua a cometer, na análise da natureza e dos efeitos desta crise, o mesmo erro que cometeu ao longo dos últimos meses e, em particular, na última campanha eleitoral. Continua refém de uma visão excessivamente ideológica da realidade económica...

Protestos do Deputado do PSD Agostinho Branquinho.

... no momento em que a crise, pela sua natureza e dimensão, exige pragmatismo e bom senso na leitura e na resposta dos impactos económicos e sociais em todas as economias e em todas as sociedades, sem excepção.

É certo que o PSD tem tido nos últimos anos dificuldade em confrontar-se com o PS, confiante, seguro das suas opções programáticas, seguro de uma prática de governação de inspiração reformista e social-democrata. As sucessivas mudanças de liderança são também resultado deste confronto e a actual direcção, num tropismo diferenciador compreensível, aproximou-se de uma opção mais liberal, mais apologética do mercado e mais crítica do papel do Estado enquanto regulador estratégico do processo de desenvolvimento económico e social.

Ora, o problema para a actual direcção do PSD é que esta crise veio pôr em causa os fundamentos da sua concepção ideológica ao evidenciar as responsabilidades do ultraliberalismo financeiro e das graves falhas do mercado na ausência de regulação credível e, por outro lado, na projecção que os Estados assumiram enquanto referencial de estabilidade, de coesão social e de segurança colectiva.

É esse o problema com que o PSD aqui, hoje, se confronta: as suas ideias, as ideias que a direcção actual defende, por enquanto, estão desajustadas do momento que vivemos. Há três anos fariam sentido, porventura, mesmo daqui por três anos poderão, de novo, fazer sentido quando as estratégias de saída das políticas intervencionistas praticadas por todos os governos, mesmo os mais liberais, tiverem que ser ajustadas. Mas agora, Srs. Deputados, no momento que vivemos, não fazem sentido, estão desajustadas da realidade com que nos confrontamos e os resultados eleitorais são também a evidência de que o povo português o entendeu.

Aplausos do PS.

Srs. Presidente, Srs. Deputados: No curto prazo — e é isto que nos distingue —, não há alternativa, repito, no curto prazo, não há alternativa ao reforço do papel do Estado no reajustamento do sistema financeiro, na adaptação do sistema de regulação, no incentivo ao investimento privado, no aumento do investimento público, no reforço das políticas de emprego e prevenção social.

O que o Governo propõe nestes domínios não é diferente do que estão a fazer hoje praticamente todos os governos europeus, sejam de direita ou de esquerda. Só assim, aliás, tendo agido coordenadamente a nível europeu e mundial, foi possível evitar uma prolongada depressão na economia mundial que nos teria arrastado para uma irreparável tragédia.

É isso, Srs. Deputados do PSD, que devem compreender. As vossas ideias estão desajustadas do tempo e do momento que vivemos, independentemente do seu mérito, independentemente da bondade dos seus propósitos. É isso que esbarra, hoje, na dificuldade de qualquer entendimento neste Parlamento em matéria

muito importante para o futuro do País como é, designadamente, o papel do Estado, o reforço do investimento público ou a debelação do problema do endividamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como sabemos, o reforço irrecusável do papel do Estado no combate à crise tem como reflexo imediato o aumento do défice do Estado e do endividamento público, num contexto de endividamento externo do País, das famílias, das empresas e do Estado, que é preocupante, sem dúvida.

Contudo, no actual contexto de recessão, fazer do problema do endividamento e do défice público a prioridade de uma estratégia de acção do Governo é um erro, em nossa opinião, com o devido respeito, para quem entende o contrário. A consequência inevitável de uma estratégia do Governo centrada no combate ao défice neste momento, no curto prazo, e ao endividamento seria o agravamento dos factores recessivos pelo impacto que teria na redução do investimento, da procura interna e do eventual aumento de impostos.

O endividamento do País é um problema sério que não devemos ignorar e que pode condicionar o crescimento económico, mas é, sobretudo, resultado de um longo processo de fraco crescimento económico que o País tem conhecido nas últimas décadas.

Este é por isso, Srs. Deputados, o principal problema do País. Só poderemos resolver, sustentadamente e sem convulsões sociais, o excessivo endividamento do País se formos capazes de criar as condições políticas, desde logo necessárias, para relançar o crescimento económico do País e a convergência com a União Europeia.

É por isso que consideramos que, no centro de uma estratégia de acção governativa que responda aos problemas da crise que enfrentamos, o problema do crescimento da economia e da criação de emprego deverão ser a prioridade das prioridades, e são a prioridade das prioridades assumidas pelo actual Programa do Governo.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos sabemos qual a razão pela qual a economia tem crescido pouco na última década em particular, depois da entrada do euro, tendo perdido o instrumento de desvalorização monetária e por isso mesmo fazendo sobressair os problemas que limitam a competitividade da economia, das empresas portuguesas, precisamente no momento em que a concorrência dos países ex-comunistas do Leste europeu e da Ásia convertidos à economia de mercado mais nos atingiram.

A partir do momento em que passámos a integrar uma região de moeda tendencialmente forte, as vantagens competitivas das nossas empresas e da nossa economia ou se adquirem através de salários baixos – e os nossos já são excessivamente baixos – ou, não tenhamos ilusões, através de outros factores de competitividade, como a qualificação dos recursos humanos, a capacidade de inovação tecnológica, a eficiência administrativa, a rapidez da justiça, a qualidade da gestão ou a mobilidade do trabalho, áreas em que o nosso país tem problemas estruturais graves, alguns arrastando-se ao longo de muitas décadas.

Foi por isso que o PS colocou no centro da agenda política e do debate político em Portugal nestes últimos anos o problema das reformas estruturais: a reforma da educação e do ensino; a reforma da Administração Pública; a reforma da justiça; a reforma da segurança social; a reforma das leis laborais.

De facto, estas são as reformas que o anterior governo lançou com coragem e determinação e que têm, por isso, de ter continuidade, porque delas depende a competitividade do país, o futuro do crescimento da nossa economia, a criação de mais emprego, de mais riqueza e a melhoria das condições de vida dos portugueses.

É para isso também, Srs. Deputados, que o PS vos convoca, a todas as forças políticas responsáveis neste Parlamento, para aceitarem este desafio de modernizar as condições de competitividade da economia portuguesa e de apoiar as reformas estruturais necessárias para o seu fortalecimento.

Aplausos do PS.

O endividamento do País é, sem dúvida, uma condicionante do crescimento económico, sim, mas é também e sobretudo uma das suas consequências. Só vamos poder resolvê-lo com mais crescimento económico e para isso temos de reforçar as condições de competitividade da nossa economia, o que só se

consegue com a continuação das reformas estruturais indispensáveis para modernizar a nossa economia e a sociedade portuguesa.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o principal desafio para o Governo é o da modernização do país, preparando-o para um tempo de mais concorrência internacional e de mais interdependência no mundo que aí vem. O mundo entrou numa nova fase do processo de globalização que os portugueses iniciaram há precisamente cinco séculos. Celebramos os cinco séculos da chegada dos portugueses como primeiros europeus às diferentes regiões do continente asiático no momento em que, significativamente, o centro de gravidade da economia mundial se desloca para aquele continente, depois de séculos de hegemonia europeia e ocidental.

Regiões e países que conhecemos bem como o Brasil, a Índia ou a África Austral tornam-se hoje pólos emergentes da nova economia global. A nossa história decorre em paralelo nos últimos cinco séculos com o próprio processo de globalização. Por isso, nos momentos de crise, como aquele que vivemos, Portugal sempre soube definir-se na sua relação com o mundo.

Mais recentemente, depois do marasmo estratégico em que o país caiu depois do fim do Império, aproximámo-nos dos nossos vizinhos europeus e soubemos, em pouco mais de 20 anos, realizar com relativo sucesso a nossa adesão às Comunidades Europeias e a nossa integração na União Europeia.

Estamos hoje no centro do projecto europeu, somos membro da zona euro e do espaço de livre circulação de Schengen e em breve vamos ter em vigor o Tratado de Lisboa, assinado durante a presidência portuguesa, e que simbolicamente projecta o nome de Portugal e da sua capital na construção europeia.

No momento em que a Europa deixou de ser, ou está a caminho de deixar de ser, o centro de um mundo novo, policêntrico e multipolar, precisamos de dar resposta, como todos os europeus, ao desafio de adaptação ao mundo que aí vem se queremos preservar a influência dos nossos valores e dos nossos princípios, num processo de reconfiguração muito rápida a que o sistema internacional hoje assiste.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o País confronta-se hoje, ainda assim, com a necessidade de reaprofundar rapidamente o processo de internacionalização da sociedade portuguesa. A internacionalização do País é hoje uma condição essencial para a sua modernização, daí a prioridade que o Governo continua a dar no seu Programa ao esforço de internacionalização da economia e das empresas portuguesas.

Este Programa do Governo apresenta uma estratégia para a internacionalização do País e era bom que ele fosse interpretado também nessa perspectiva e não na crítica redutora e muitas vezes casuística da análise deste ou daquele projecto.

O País para se internacionalizar, para retomar uma função geoestratégica de facilitação num processo de reconfiguração de um mundo multipolar e policêntrico, precisa de explorar as suas condições geoestratégicas enquanto plataforma intercultural, intercivilizacional e intercontinental.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tudo o que possamos fazer no sentido de desenvolver o processo de crescimento da nossa economia em torno das plataformas de transportes e de comunicações – aeroportuárias, portuárias, rodoviárias e ferroviárias –, que ainda limitam hoje a periferização do País, possibilitando o seu centralismo geopolítico no mundo novo que está em gestação, é absolutamente um referencial fundamentais para encarar criticamente alguns dos projectos que têm mobilizado a atenção dos portugueses.

Portugal não poderá ocupar essa função geoestratégica de placa intercontinental, que temos condições geoestratégicas para desenvolver, sem um moderno sistema de transportes, sem um moderno sistema de aeroportos e de portos e sem um moderno sistema de ligação mais rápida à Península Ibérica e ao continente europeu.

É este enquadramento geoestratégico que devia estar presente quando analisamos criticamente alguns dos projectos de modernização e de investimento que propomos.

Aplausos do PS.

O mesmo em relação à economia. É fundamental para a internacionalização da economia que desenvolvamos os objectivos do plano tecnológico para as empresas, que promovamos mais a internacionalização dos quadros nas empresas com dimensão internacional, que apoiemos o sector das pequenas e médias empresas no seu esforço de internacionalização e que apoiemos o esforço significativo

que os sectores privado e público estão a fazer para modernizar e renovar o paradigma energético do País, condição essencial para a sua modernização.

E não reduzamos criticamente algumas iniciativas e alguns projectos a uma visão mesquinha e pequenina.

Recordo o esforço que foi feito nos últimos anos para a difusão universal do Inglês desde as primeiras idades a todas as gerações de portugueses e a difusão das ferramentas fundamentais para lidar com o mundo novo que aí vem desde muito cedo às gerações de crianças que frequentam a escola primária.

Aplausos do PS.

Recordo o reforço do programa de modernização das escolas, o apoio ao movimento de estudantes, o reforço nas infra-estruturas, na economia, na reforma da educação e do ensino são, pois, projectos absolutamente estruturantes para o esforço de internacionalização e para o esforço de modernização do nosso país.

Da mesma maneira que devemos olhar para a política de imigração, para o esforço que temos feito para que a nossa sociedade acolha bem os que nela querem viver e trabalhar, e para o esforço de uma política externa que procura abrir-se à realidade do novo sistema internacional, facilitando o diálogo entre culturas e entre civilizações e o multilateralismo como método de acção política e estratégica.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aqui está um Governo que acredita em Portugal e nos portugueses, um Governo que confia nas suas capacidades para superar os obstáculos que temos pela frente e para garantir o nosso futuro colectivo.

O Governo assume hoje, aqui, perante esta Câmara, as suas responsabilidades; compete a esta Assembleia exercer a partir de agora as suas próprias responsabilidades.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não deu entrada na Mesa qualquer moção de confiança nem de rejeição do Programa do Governo.

O Governo foi nomeado e empossado pelo Presidente da República e encontra-se, agora, formalmente investido pelo Parlamento, pelo que daqui em diante exerce em pleno as suas funções.

Em nome da Assembleia, desejo felicidades ao Executivo, que sabe que poderá contar com uma Assembleia plural, responsável, fiscalizadora do Governo e, necessariamente, empenhada nos consensos adequados à feitura das leis.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, agradeço que, caso ainda não tenham assinado a folha de presenças, o façam.

Srs. Deputados, a nossa próxima reunião terá lugar na quarta-feira, dia 11, às 15 horas, com a seguinte ordem do dia: declarações políticas, projecto de deliberação n.º 1/XI – Elenco e composição das comissões especializadas permanentes e eleição das delegações da Assembleia da República para várias organizações parlamentares internacionais.

Na quinta-feira ocorrerão as tomadas de posse das comissões parlamentares permanentes e o início das suas funções, absolutamente indispensável para que possamos, na semana seguinte, iniciar em pleno o funcionamento do Parlamento.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto

Sérgio André da Costa Vieira

Bloco de Esquerda (BE):

Fernando José Mendes Rosas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL